



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 00129/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00152 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Questionamento acerca de quem são os responsáveis pela apuração de supostas infrações cometidas pelo requerente constante no Ofício DIR 24/2018. Não conhecimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00129/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Inicialmente cumpre destacar que o solicitante realizou um questionamento dirigido aos agentes públicos que faziam parte da Comissão de Apuração do CEETEPS. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo uma demanda inerente à Lei de Acesso à Informação por se tratar de um pedido que não foi direcionado à um órgão ou entidade, o órgão informou ao cidadão que o documento solicitado é parte integrante dos autos 1037011/2018 e 518199/2019 e encaminhou para o requerente os seguintes documentos: (i) Comunicação para Abertura de Expediente de Apuração; (ii) Cópia de Procedimento de Apuração Preliminar; (iii) Cópia de Parecer exarado pela PGE sobre o desligamento, oportunidade em que esclareceu: *"que foram respeitados os princípios que regem a LAI (Lei de Acesso à Informação) e que esta unidade e os demais departamentos técnicos da autarquia encontram-se a disposição para atender as demandas a eles enviadas."* Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo revisional cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso concreto em análise, verifica-se que o cidadão deseja inquirir diferentes servidores, com o objetivo de averiguar supostas irregularidades. As solicitações a esses servidores específicos têm natureza de consulta para esclarecimento de fatos supostamente ocorridos, situações que se não encontram respaldos na legislação de acesso à informação. Nesse sentido, dispõem Cunha Filho e Xavier: *"(...) não é cabível a interpelação pessoal de servidores, pois o objetivo da Lei é a obtenção de informações das instituições públicas e não há no procedimento estabelecido dilação probatória ou mecanismos consolidados para a garantia do contraditório"*. (CUNHA FILHO, Marcio Camargo; XAVIER, Vitor César Silva. *Lei de acesso à informação: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 336.)

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

4. Cumpre ainda assinalar, que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, atendendo ao artigo 7º da LAI.
5. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175/2015.
6. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 23 de abril de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel  
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202303800A